

**+ ECONOMIA****MARTA SFREDO**

marta.sfredo@zerohora.com.br

Com Mathias Boni | mathias.boni@zerohora.com.br

## Faltam valores na lista de incentivos

Depois que a coluna deu a informação de que o Espírito Santo já publica a lista das empresas que recebem benefícios fiscais, recebeu da Secretaria da Fazenda a lista publicada em junho e atualizada até dezembro de 2022 — no próximo ano, será atualizada com os nomes de 2023.

Ainda não é a relação com valores que, na avaliação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), está liberada de sigilo fiscal desde 2021. Mas é um avanço. Conforme a secretaria, essa lista é publicada desde 2017, mas não tem grande visibilidade. Fica entre os milhares de dados disponíveis no portal.

Até agora, no Rio Grande do Sul só o Tribunal de Contas do Estado e outros órgãos de controle recebem a informação completa com todos os dados. Como a coluna vem informando, esse tipo de incentivo vem ganhando atenção no debate político por se tratar de um gasto tributário.

Isso significa que o poder público destina ao setor privado uma fatia considerável da arrecadação destinada a prestar serviços à população.

**GZH**

Aponte a câmera do celular para o QR Code e tenha acesso à relação da Fazenda.



No caso dos incentivos baseados no ICMS, os recursos vêm de qualquer consumidor, mesmo dos que compram apenas o básico para sobreviver.

Esse é o principal motivo para que a lista

com valores seja liberada de sigilo. Assim como todas as políticas públicas, é preciso colocar sob escrutínio dos cidadãos a eficácia dessa que usa recursos da população para apoiar negócios. Em alguns casos, faz todo sentido: ajuda a gerar emprego e renda, e retorna para os cidadãos sob a forma de desenvolvimento econômico. Em outros, é discutível. Mas sempre é legítimo que o financiador — neste caso, o consumidor — saiba como está sendo aplicado seu aporte.

Já há dois pedidos de abertura de dados por empresa — com os valores — feitos pelos deputados estaduais Delegado Zucco (Republicanos) e Pepe Vargas (PT).

### Fatos & dados sobre os benefícios

#### VALOR TOTAL

• Em 2022, o pacote total de incentivos de ICMS somou R\$ 11,87 bilhões. Isso significa que o Estado, em vez de arrecadar todo o seu potencial — valor que seria alcançado sem benefícios — de R\$ 55,12 bilhões, teve “apenas” R\$ 43,25 bilhões para arcar com as despesas públicas.

#### CRÉDITO DE FAZ DE CONTA

• O principal instrumento é o crédito presumido, que representa quase a metade do total (45,3%). O “presumido” significa que o Estado “supõe” um crédito que, na verdade, não existe — por isso é preciso presumir (basear-se em indícios e suposições, e não em fatos comprovados).

#### 80% PARA A INDÚSTRIA

• A indústria é o setor mais beneficiado, com 80% dos incentivos. Outros 20% são divididos entre atacado (16,5%), serviços (3%) e varejo (0,7%).

#### LEITE, CARNE E BIODIESEL

Na indústria, o segmento mais beneficiado é o de beneficiamento de leite, com R\$ 939 milhões no ano passado. O segundo lugar também tem quatro patas no campo: é o de frigoríficos de bovinos, com R\$ 571 milhões. O terceiro não tem patas, mas também é agroindústria: as fábricas de biodiesel tiveram incentivo fiscal de R\$ 339 milhões em 2022.

41

é o número de estatais que o novo presidente da Argentina, Javier Milei, que privatizar. O número consta no projeto da “Ley Omnibus” (por ser coletiva) com 664 artigos enviada ontem ao Congresso, em meio a peculiares protestos de rua, que só foram para a faixa com sinal fechado.

### Por que ainda se discute o sigilo

Até há dois anos, não era possível publicar listas de benefícios acompanhadas dos valores porque a informação era considerada parte do sigilo fiscal das empresas. No entanto, a lei complementar 187, de 16 de dezembro de 2021 — do governo passado, portanto — tirou da regra de proteção “incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica”.

Até agora, os Estados ainda não se ajustaram à mudança, em tese porque ainda existem diferentes interpretações sobre a mudança na regra. No entanto, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) recomenda que os órgãos fiscalizadores publiquem contas completas sobre a aplicação desses recursos, com valores e de forma didática, para que as pessoas entendam como funciona.

## Ói nós aqui traveiz



Com a mudança na gestão da Petrobras, houve forte especulação sobre o que ocorreria com a emblemática refinaria privatizada em 2021, que se chamava Landulfo Alves e depois virou Mataripe. Além de ser uma unidade de grande porte, foi a primeira do Brasil — a exploração de petróleo no país começou na Bahia. Chegou a se cogitar da hipótese de uma reestatização, o que (ainda?) não ocorreu. Mas a Petrobras já ensaia uma espécie de volta ao refino na Bahia.

Na semana passada, assim como quem não quer nada, a estatal publicou uma nota em que avisa ter recebido comunicação da Mubadala Capital “propondo a formalização de discussões recentes sobre a formação de potencial parceria estratégica para o desenvolvimento do downstream (refino) no Brasil”.

O comunicado ainda avisa que a associação envolveria “negócios voltados ao refino tradicional, bem como o desenvolvimento de uma biorrefinaria, ambas no

Estado da Bahia”. Nesse caso, a trilha da nota poderia ser uma composição do paulista Adoniran Barbosa:

“Se voçes pensam que nós fumos embora

Nós enganemos voçes

Fingimos que fumos e vortemos Ói nós aqui traveiz.”

A Mubadala Capital é uma gestora de ativos que pertence à Mubadala Investment Company, responsável pelo fundo soberano dos Emirados Árabes Unidos, país formado pelos conhecidos Dubai e Abu Dhabi, além de cinco reinos menos famosos (Xarja, Ajmã, Umm al-Quwain, Ras al-Khaimah e Fujeira). Foi a empresa que constituiu a Acelen, controladora direta da Refinaria de Petróleo de Mataripe.

A hipótese de recompra ainda não havia sido descartada até a apresentação do plano estratégico da Petrobras para 2024 a 2028. Só foi desmentida oficialmente depois do leilão de blocos de exploração em que áreas na costa do Rio Grande do Sul foram as estrelas.

### Restaurante compra 200 quilos de bacalhau para Ano-Novo

Fundado em 1889, por uma confraria de alemães que utilizavam o espaço para beber cerveja, o Gambrinus, no Mercado Público de Porto Alegre, é reconhecido como o restaurante mais antigo em atividade na Capital.

Para a ceia de Ano-Novo, o estabelecimento se abasteceu com 200 quilos de bacalhau, prato mais procurado pelo público na data. João Melo, proprietário do Gambrinus, afirma que sua expectativa

para venda do peixe é 50% superior neste ano em comparação ao ano passado.

A ceia de Ano-Novo do restaurante segue as receitas tradicionais da família administradora do local. Para a data, a sequência que inclui seis bolinhos de bacalhau, o tradicional Gomes de Sá para duas pessoas e quatro pastéis de nata sai por R\$ 299. Encomendas podem ser feitas para retirada no local até as 16h deste sábado.

